

A atual pouco compreendida política externa brasileira*

Eduardo Rodrigues de Rezende¹

Resumo

Em vez de aproveitar o momento de expansão da projeção internacional do Brasil para se envolver em temas representativos para o conjunto dos atores do sistema internacional, parece que a inserção brasileira caminha confusamente em direção contrária. Desde o início da presente década, o Brasil tem mantido evidente cordialidade com os governos de Cuba, da Venezuela, da Bolívia e mais recentemente, com o governo do Irã. Ao se envolver em temas portadores de elevado grau de complicação das relações do país com os demais atores tomadores de decisão, a diplomacia brasileira parece sofrer de crise de identidade. Tomados isoladamente, esses casos geram críticas, uma vez que o novo projeto de política externa brasileira nunca foi esclarecido ou debatido de forma ampla. Após todo o debate e a não formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, iniciativa lançada pelos EUA em 1994, o governo norte-americano, mesmo atuando em diversas frentes de combate ao terror, procurou fortalecer sua presença no subcontinente sul-americano. Os EUA começaram a costurar rede de acordos bilaterais de livre comércio com países da América Central e do Sul, viabilizaram sua presença militar na região andino-amazônica por meio do Plano Colômbia, procuraram cooperação para instalação de bases militares no Paraguai, o que os deixaria próximos à maior represa do mundo e à gigantesca hidrelétrica de Itaipu, reinstalaram a IV Frota, facilitando o monitoramento das reservas de hidrocarbonetos no litoral brasileiro e se apressaram em apoiar a convocação de eleições em Honduras após a destituição do presidente eleito. Toda essa aproximação não é de se estranhar. O gás, o petróleo, a selva, a água e o mercado consumidor fazem parte da cobiça de uma hiperpotência, qualquer que seja ela. O Brasil tenta reagir, demonstrando que há contraponto geopolítico na região, decidindo colocar limites

* Recebido em 24.12.2010.

Aprovado em 24.01.2011.

¹ Eduardo Rodrigues de Rezende, P.h.D. em Relações Econômicas Internacionais pela Academia de Estudos Econômicos de Bucareste. E-mail: eduardo_placa@yahoo.com.br.

às interferências norte-americanas em sua região, principalmente em momento em que o sul do continente se expressa com renovado vigor e quase unanimidade a favor de iniciativas de integração econômica de seus países condenando a velha política de agressão contra as nações.

Palavras-chave: Política externa. Diplomacia. Brasil. Estados Unidos. América do Sul.

1 Introdução

Ao se tratar de política externa brasileira, as recentes reflexões sobre o tema têm levado à seguinte indagação: o que pretende a atual política internacional do Brasil? Em vez de aproveitar o momento de expansão da projeção internacional do país para se envolver em temas representativos para o conjunto dos atores do sistema internacional, parece que sua inserção caminha confusamente em direção contrária. Ao se envolver em temas portadores de elevado grau de complicação das relações do país com os principais atores tomadores de decisão em nível mundial, a diplomacia brasileira, reconhecida e respeitada desde a época do Barão do Rio Branco, aparentemente sofre de crise de identidade (GOES, 1991). Mas isso só aparentemente. Por que, então, o Brasil é tão cordial com Cuba, Venezuela, Bolívia e Irã?

Para se entender as tomadas de posição brasileira, fazem-se necessárias algumas considerações. Não se trata do motivo pelo qual o país defende tal ação venezuelana ou não condena tal medida iraniana. Não seria esse o problema. Esses aspectos não devem ser tomados isoladamente, mas sim à luz de um contexto muito maior e complexo no qual se inserem. Para maior compreensão do comportamento internacional do Brasil e o que há por trás de tudo isso, alguns exemplos são ilustrativos.

Com a realização da Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994, o governo dos Estados Unidos intensificou seu processo de aumento de influência em todo o continente. Na ocasião, a administração do presidente Bill

Clinton estimulou a integração econômica e o livre comércio ao lançar a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – com o envolvimento de todos os países do continente, exceto Cuba. A conformação da ALCA proporcionaria, segundo o governo dos Estados Unidos, a prosperidade dos povos do continente americano (CALDAS; ERNST, 2003).

No entanto, a proposta dos EUA não respeitava assimetrias existentes entre o gigantismo de sua economia e as demais latino-americanas. Produtos agrícolas e aço, por exemplo, de real interesse para os países do sul do continente principalmente e, particularmente, para o Brasil, não entrariam nas negociações da ALCA. Além disso, os norte-americanos não estavam dispostos a flexibilizar o cronograma para que ocorresse uma adaptação das demais economias à ALCA. O bloco deveria ser lançado em 2005 (GRIECO, 2001).

Diante desses fatores principais, associados ao envolvimento dos EUA na guerra contra o terror em 2001 e à crise macroeconômica internacional, levando à redução do crescimento do mercado internacional e à crise na Argentina em 2002, a ALCA não avançou (REZENDE, 2006). Dessa forma, não foi possível realizar o desejo americano de unir todo o continente sob sua égide em uma área de livre comércio, aliás, tratar-se-ia da maior área de livre comércio do planeta, com população de 800 milhões de habitantes e produto interno bruto de pouco menos de 20 trilhões de dólares (GRIECO, 2001), capaz de fazer frente a qualquer outro grupo integracionista e, principalmente, fazer frente à União Europeia.

De todas as maneiras, apesar do engajamento dos EUA em diversas frentes na arena internacional, a América Latina, mesmo com atenção reduzida, nunca foi esquecida. E o Brasil, como principal mercado de interesse para os norte-americanos e por não ter contribuído para a formação da ALCA,² começou a passar, conforme será demonstrado na sequência, por um processo lento de cerceamento. Como a área de livre comércio continental não deu certo, os EUA iniciaram abordagem a diversos países do continente na perspectiva de assinatura de acordos de livre co-

² Diversas vezes, como alguns partidos políticos e a sociedade civil brasileira, fizeram mais oposição do que propriamente o governo à época.

mércio, num formato semelhante ao NAFTA. Se não foi possível construir o mecanismo integracionista de uma vez só, agora, passa-se a uma costura, retalho por retalho, peça por peça, país por país, para se chegar ao formato ao qual o Brasil não terá outra opção a não ser aderir a ele, ou seja, os EUA alcançariam o mesmo fim.

O Brasil sempre demonstrou seu interesse e estimulou a integração econômica regional e multilateral em função dos benefícios inerentes à aproximação de economias complementares e à redução de tarifas alfandegárias (GRIECO, 2001). Mas o país não poderia estar de acordo com a proposta dos EUA para a ALCA. Naquele formato, o Brasil e as demais economias da região não se beneficiariam das vantagens do livre comércio e, naturalmente não deveriam abrir mão da estratégia de avançar em processos iniciados anteriormente, como a consolidação do Mercosul, e também verificar outras alternativas de acordos de livre comércio com a União Europeia e com as economias asiáticas.

Se hoje não se fala mais de ALCA, não se pode dizer que o Brasil ganhou a batalha. O país ganhou mais tempo para consolidar o processo em curso de integração sul-americana. No entanto, quanto a esse processo, muito pouco se avançou desde então. O país, individualmente ou em uma estratégia conjunta no âmbito do Mercosul, não conseguiu avançar na formação de uma área de livre comércio, nem com a União Europeia, nem com nenhum outro grupo regional. E por outro lado, se a ALCA não vingou, os EUA não perderam muito tempo e firmaram acordos bilaterais de livre comércio e de promoção de comércio com vários países na América Central, destacando-se os assinados com a República Dominicana e Panamá, além de Chile, Colômbia e Peru. Claro que o objetivo principal é o mercado dos países do Mercosul, principalmente o brasileiro. Enquanto isso não acontece, ou se acontecerá algum dia, pelo menos os EUA têm acesso facilitado e crescente em diversos países menores do continente, deixando os norte-americanos bem próximos do lado de lá das fronteiras brasileiras.

Para além da estratégia comercial, seguem outras iniciativas que, se tomadas em conjunto, demonstram possível plano dos EUA de fazer um cerco ao Brasil, no sentido de conseguir sua adesão, talvez até rendição, à proposta americana para o continente.

Para exemplificar, destaca-se o Plano Colômbia, lançado em 1999, que teve como objetivo principal atacar o problema do tráfico de drogas no continente ao se tentar eliminar, ou, pelo menos, reduzir consideravelmente as plantações ilícitas de coca. Trata-se de estratégia que faz intervenção no combate à oferta da droga, mas não à sua demanda.

Embora o Plano Colômbia tenha sido pouco eficiente em diminuir o fluxo de cocaína para os EUA, após uma década de operações, a iniciativa foi exitosa em melhorar as condições de segurança do país. O governo colombiano, representado pelo seu presidente Álvaro Uribe, recuperou grande parte de território que antes se encontrava sob o controle de grupos guerrilheiros de orientações marxistas e guevarista, o que devolve tranquilidade à população acostumada a se esconder da violência dos grupos armados rebeldes em diversos estados. A intensificação do combate ao narcotráfico proporcionou redução da produção de coca e substituição de sua exploração pelo cultivo de outras culturas e, como consequência, reativou o desenvolvimento da frágil economia das regiões pobres do país, além do reaparelhamento das Forças Armadas colombianas. Diante de resultados tão positivos, a administração de Álvaro Uribe, nos oito anos que esteve à frente do Executivo, tornou-se um dos governos mais populares das últimas décadas na Colômbia, com índice de aprovação de cerca de 80% e ainda levou à presidência Juan Manuel Santos, aliado de Uribe, e ex-Ministro da Defesa.

Contudo, do ponto de vista geoestratégico, o Plano Colômbia não foi capaz de resolver o problema do consumo de cocaína no continente e nem mesmo eliminar a produção da droga na Colômbia. Ele permitiu estreitamento nas relações bilaterais e favoreceu a presença e o aumento gradual de tropas militares dos Estados Unidos na porção andina do continente e na região amazônica, onde há pouca presença dos Estados sul-americanos.

Por trás dessa presença facilitada que assume publicamente a forma de programas de treinamento, capacitação em táticas de combate ao crime organizado e exercícios conjuntos, há um complexo circuito integrado de levantamento de informações, estabelecimento de bases aéreas e instalação de radares, uma delas inclusive em Letícia, na fronteira com o Brasil. Dessa forma, estabelece-se um arco

de monitoramento no subcontinente e aumenta-se o cerco militar à Venezuela com suas reservas de petróleo, manutenção próxima ao Canal do Panamá e à Amazônia brasileira, além de proporcionar ao Pentágono tremendo aumento de capacidade de mobilidade aérea e de deslocamento rápido e massivo de tropas pelo interior de quase toda a América do Sul.

Em se tratando do interior da América do Sul, no início da segunda metade da presente década, discutiu-se consideravelmente a possível presença de instalação de bases e recebimento de quadros militares norte-americanos no Paraguai (MONIZ BANDEIRA, 2005). Graças às críticas que a surpreendente iniciativa gerou, com inclusive possível revisão da presença do país no Mercosul, o projeto não avançou, pois as regras do bloco são claras em não permitir alianças individuais. E, mais recentemente, o presidente paraguaio, Fernando Lugo, rejeitou a cooperação mediante presença militar dos EUA, uma vez que tal modalidade seria incompatível com os princípios de união do Mercosul e da Unasul.

Caso o plano no Paraguai tivesse dado certo, os norte-americanos teriam monitoramento privilegiado na região da tríplice fronteira, além de terem à sua frente acesso à maior represa do mundo, junto com a gigantesca hidrelétrica de Itaipu que produz toda a energia que o Paraguai consome e grande parte do consumo brasileiro. E talvez o mais importante de tudo: seria extremamente vantajoso instalar bases militares num território próximo ao Aquífero Guarani, ou seja, estar próximo do maior reservatório de água doce do planeta, principalmente, em uma época em que a água se torna um bem cada vez mais escasso.

Na América do Sul, os EUA atuam não somente em terra, mas em água também, buscando além do que está sobre, o que pode estar sob as terras e as águas. Prova disso representa a reativação da IV Frota da Marinha norte-americana que se encontrava desativada desde 1950 após derrotas alemã e japonesa, na Segunda Guerra Mundial (BETTO, 2008). E o mais impressionante é que, coincidentemente, a IV Frota é reativada pelo governo dos EUA após o anúncio brasileiro de descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos em sua faixa litorânea na zona do pré-sal, que se estende do estado do Espírito Santo ao de Santa Catarina.

Qual a justificativa para trazer a IV Frota à tona? Na época da Segunda Guerra Mundial, o perigo era a utilização de rotas nas costas sul - atlânticas por japoneses e alemães (BETTO, 2008). Mas agora qual é a ameaça? Nenhuma. Não há ameaça real, somente que, além do reforço do papel comercial e militar dos EUA no continente sul-americano, eles também querem atuação acentuada na região do Atlântico Sul. E com a IV Frota, eles poderão exercer vigilância sobre o mar territorial do Brasil e suas reservas de petróleo.

Essa orientação e construção de aproximação não são de se estranhar. O gás, o petróleo, a selva, a água potável e um mercado consumidor imenso fazem parte do interesse de uma hiperpotência, qualquer que seja ela, e não causa espanto para nenhum estrategista geopolítico.

Por outro lado, a América do Sul vive momento perturbador para os Estados Unidos, com verdadeira demonstração de linha divisória de polarização regional. Afinal, a região, em toda sua história, nunca foi tão orientada à esquerda, o que contraria sua tradição de regimes de direita e de ditaduras. Cuba já não representa ameaça, o problema é saber para onde vão os governos do Brasil, da Argentina, da Venezuela, da Bolívia, do Chile, do Paraguai, do Uruguai, da Nicarágua e do Equador. A dúvida incomoda o governo de Washington e por isso, mais uma vez, seu esforço de maior presença, inclusive militar, no subcontinente e uso de mecanismos para conter o aparecimento de competidores e ocupar os espaços onde esses poderiam se projetar.

Nesse contexto, como fica o Brasil? O país já percebeu o cenário que se tenta construir à sua volta e decidiu que não pode aceitar tamanha interferência em sua região principalmente em momento em que o sul do continente se expressa com renovado vigor e quase unanimidade a favor de iniciativas de integração econômica de seus países e condenando a velha política de agressão contra as nações.

Diante de todo esse quadro que foi instaurado, o Brasil não poderia ficar calado. E o país já começou a dar sinais de descontentamento e a enviar mensagens, não só para o norte do continente, mas para toda a comunidade internacional. O Brasil já demonstra seu descontentamento por meio de contraponto às ações vol-

tadas para a satisfação dos interesses dos EUA. O país quer mostrar que há outra voz, fortalecida pelo vigor econômico dos últimos anos, que representará obstáculo para a pura e simples imposição de interesses alienígenas.

O Brasil quer ser ouvido e quer ocupar seu merecido lugar no cenário econômico e das decisões políticas internacionais, como maior país da América Latina e potência econômico-comercial em ascensão.

Para tal, precisa agir. E o Brasil tem se movimentado, talvez por meio de fenômeno novo, refletindo a nova orientação do país. No entanto, algumas de suas ações não têm sido muito bem recebidas, por não serem compreendidas, principalmente internamente, como estratégias de inserção do país como peça importante das decisões que afetam o destino do sistema internacional.

Para melhor compreensão do projeto de defesa dos interesses nacionais e, principalmente, de defesa de seu espaço no cenário mundial, a atual política externa brasileira deve ser analisada em seu conjunto. A tomada de fatos isolados somente gerará críticas, o que é natural, uma vez que o novo projeto exterior brasileiro nunca foi esclarecido ou debatido de forma aberta. Acrescenta-se a esse aspecto o envolvimento do Brasil em temas que envolvem países cujos governos são, há algum tempo, reconhecidamente desestabilizadores da segurança de suas respectivas regiões.

É notória a cordialidade com os líderes comunistas de Cuba. Há várias vezes, principalmente de organizações de defesa aos direitos humanos e liberdade de imprensa, que criticam o espaço dado ao governo venezuelano de Hugo Chávez ou ao iraniano de Mahmoud Ahmadinejad, sem falar das diversas reprovações por parte da opinião pública brasileira na questão do asilo concedido a Manuel Zelaya, na Embaixada Brasileira em Tegucigalpa. Bem, aqui há uma sucessão de fatos que não demonstra de forma clara qual seria a estratégia de política internacional por parte daqueles que cuidam da política externa brasileira. Será que os diplomatas brasileiros não percebem os problemas que terão se aproximando de tais países? Qual o interesse em se envolver com a Venezuela? Com a Bolívia? Com o Irã? Com Honduras? O que será que o Itamaraty pretende com uma aproximação com esses

países? Será que não há algo além do óbvio à primeira vista? Será que há alguma mensagem a ser dada possivelmente aos próprios norte-americanos? O que há por trás de tais gestos brasileiros? O que o Brasil de fato quer? E aonde quer chegar?

Analisada de forma individual, não há muita clareza na questão. Mas esses comportamentos brasileiros podem muito bem representar, não uma provocação, mas possível forma de resposta ao cerco posto a cabo por parte dos EUA na região sul-americana. No caso hondurenho, toda a problemática e a intervenção internacional serviram para demonstrar a relação de forças regionais. O asilo ao presidente Zelaya, na Embaixada Brasileira, veio após a demonstração da política exterior dos EUA para Honduras de mediação e de apoio indireto para a convocação de eleições, pelo regime de fato, sem a restituição do presidente eleito.

Assim, o Brasil conseguiu mostrar sua importância junto, principalmente, ao grupo das potências emergentes e dos países em desenvolvimento e seu papel de líder na região da América da Sul.

Enquanto os EUA vão, por um lado e conforme mencionado anteriormente, aumentando sua presença em todo o continente americano; o Brasil, por outro lado, tem buscado fortalecer seu diálogo com aqueles governos contrários aos interesses de Washington.

Após a ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, o diálogo com o governo brasileiro nunca foi tão intenso, mesmo se em dado momento a situação não fosse diretamente favorável ao interesse comercial de investimentos de companhias brasileiras. O mesmo pode ser dito ao governo boliviano de Evo Morales, após sua ascensão em 2005. E em se tratando de Cuba, nunca houve tamanho fluxo de autoridades brasileiras de alto nível visitando a ilha de Castro, o que fortalece o interesse na expansão da cooperação para além da latitude puramente comercial.

Aquele momento de alinhamento aos EUA, primário e sem reflexão não combina com o atual estágio de amadurecimento e de prestígio internacional do Brasil. No início da década e após a justa comoção por conta dos ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova York e em Washington, a nação norte-americana não

encontrou grande resistência, muito menos por parte do Brasil, em invadir o Afeganistão e o Iraque para tentar encontrar Osama Bin Laden e destruir o governo de Saddam Hussein. E a justificativa para esse último, não a única, mas bastante expressiva, era a comprovação de arsenal de armas de destruição em massa no território iraquiano. As tais armas nunca foram encontradas, nenhuma explicação sobre o tema foi dada e nem Saddam e nem seus filhos podem mais contar onde esconderam essas armas, pois o ex-ditador deposto foi condenado à morte por um tribunal iraquiano e seus dois filhos mortos pelas tropas de combate ao terror. Hoje, passada quase uma década, o tema é outro: não deixar o Irã desenvolver seu programa nuclear, sob, mais uma vez, a alegação de desenvolvimento de armas nucleares a serem lançadas em alvos pró-EUA, principalmente contra Israel. Mas e então? Qual poderia ser o melhor posicionamento do Brasil? Bem, não deveria haver envolvimento sem debate e sem análise aprofundada do cenário, considerando o grau de real instauração de conflito naquela região, a importância estratégica das relações do Brasil com o Irã e demais países da região e muito menos que o Brasil tenha de apoiar o Irã para mostrar para os EUA que, qualquer que seja a sua iniciativa, o Brasil estará do outro lado. No entanto, diante da problemática com o programa nuclear iraniano, a posição brasileira deveria ser sim de dialogar com as autoridades de Teerã para se chegar à solução justa e equilibrada para a questão da não proliferação nuclear para um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Parece que o Brasil aprendeu algo da história da invasão ao Iraque em 2001 e não está disposto a permitir que situação semelhante se repita. Sem falar de outro agravante, quem garante que uma eventual condenação ao regime de Mahmoud Ahmadinejad não fortalecerá os EUA para lançarem no futuro uma ofensiva contra o Brasil? E eles não teriam nenhuma dificuldade de encontrar justificativas para isso. Ademais, no subconsciente dos norte-americanos, há certa simpatia em aprovar ações contra terroristas, traficantes, drogas, exploradores de carne viva, destruidores do meio ambiente, e os EUA estão sempre dispostos a salvar o nosso planeta desses males.

Diante de todos esses aspectos que, conforme demonstrado, adquirem outra dimensão quando analisados em um conjunto, o que se observa nos últimos anos é que o Brasil tem procurado dar respostas a essas ações que parecem ser uma estra-

tégia de poder inteligente dos EUA, de modo a fazer valer seu real peso econômico e valor estratégico no cenário internacional. E para tal, o país aparentemente tem entrado em contradição com os objetivos de liderança mundial norte-americanos. Talvez não haja nada minuciosamente estudado para atingir o Brasil; mas, mais do que aparentemente, o país está cada vez mais cercado por ações norte-americanas. Por outro lado, talvez não haja nada minuciosamente estruturado para dar demonstrações de força e se fazer contraponto às ações dos EUA. Talvez essa seja a melhor resposta brasileira para os novos temas do cenário mundial, agora, vindos não do Brasil de sempre, mas de um Brasil cada vez mais importante para o mundo.

The current misunderstood brazilian foreign policy

Abstract

Instead of taking advantage of increasing Brazilian international projection and involve the country in matters that are relevant for the group of actors in the international system, it seems that the country's insertion goes confusedly in the opposite direction. Since the beginning of the current decade, Brazil has maintained evident cordiality for the governments of Cuba, Venezuela, Bolivia and more recently Iran. As a consequence, Brazil is increasing dialogue with countries and involving itself in themes with a high level of insecurity and uncertainty mainly for the other decision maker actors. In doing so it seems that the Brazilian Diplomacy is suffering of an identity crisis. These examples when are taken individually give a certain impression and provoke criticism, which is something totally normal, considering that the new Brazilian project for its foreign affairs has never been explained or discussed widely. But on the other hand, if these same examples are analyzed together and as parts of a broad scenario everyone can observe what is behind such Brazilian actions and which message the country wants to give. After intense discussions and the frustrated project to create Americas Free Trade Area, which was launched by the US in 1994, the US government seeked to strengthen its presence in the South American continent. Slowly the country started to sew a net of bilateral free trade agreements with Central and South American countries. It made its military presence possible in the Andean and Amazon region by the Plan Colombia. It seeked cooperation with Paraguay to set up

military bases in that country what would let the US close to Itaipu the world's biggest dam. They also reinstated the US 4th Fleet in order to facilitate monitoring the Brazilian coastal hydrocarbon sources. And the US also hurried up to support the call for anticipated elections in Honduras by the established government after depriving the elected president. It is not surprising such approximation. The gas, the oil, the rainforest, the water, the huge consumer market make part of the greed of a superpower, it doesn't matter who it is. Brazil reacts by showing that there is a counterpoint in the South American area and attempting to put limits in North American interference in the area, mainly in a moment when the south area of the continent expresses almost unanimously and with a renewed vigor its support to economic integration initiatives in the region and condemning the old politics of aggression against nations.

Keywords: Foreign affairs. Diplomacy. Brazil. United States. South America.

Referências

AGÊNCIA SENADO. *Heráclito critica atuação do Brasil no caso Zelaya*. 24 set. 2009. Disponível em: <<http://www.45graus.com.br/heraclito-critica-atuacao-do-brasil-no-caso-zelaya,politica,49499.html>>. Acesso em: dez. 2010.

BETTO, Frei. Lá vem a quarta frota. *Correio da cidadania*, São Paulo, 28 jul. 2008.

BBC. *Saddam Hussein condenado à morte*. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/6117910.stm>>. Acesso em 23 nov. 2010.

CALDAS, Ricardo; ERNST, Christoph. *ALCA, APEC, NAFTA e União Europeia: cenários para o Mercosul no século XXI*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CNN World. *Pentágono: filhos de Saddam, mortos em ataque*. Disponível em: <http://articles.cnn.com/2003-07-22/world/sprj.irq.sons_1_abid-hamid-mahmud-bodies-iraqi-national-congress?_s=PM:WORLD>. Acesso em 23 nov. 2010.

DUROSELLE, Jean Baptista. *Todo império perecerá*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

ESTADÃO. *Para Zelaya, vazamentos mostram cumplicidade dos EUA com golpe em Honduras*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/>

internacional,para-zelaya-vazamentos-mostram-cumplicidade-dos-eua-com-golpe-em-honduras,647336,0.htm>. Acesso em 18 nov. 2010

FOREIGN Trade Information System: Disponível em: <http://www.sice.oas.org/agreements_e.asp>. Acesso em: 05 out. 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. *Campanha continental contra a militarização*. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=of_contra_militar_po>. Acesso em: 18 out. 2010.

GOES, Synesio Sampaio. *Navegantes bandeirantes diplomatas*. Brasília: IPRI, 1991.

GLOBAL Security. Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/ops/colombia.htm>>. Acesso em: 05 out. 2010.

GRIECO, Francisco de Assis. *O Brasil e a nova econômica global*. São Paulo: Aduanearas, 2001.

LUGO rechaça base norte-americana no Paraguai. *Jornal Hora do Povo*, 23 set. 2009. Disponível em: <<http://www.horadopovo.com.br/2009/Setembro/2802-23-09-09/P7/pag7f.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2010.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Paraguai-EUA: irresponsabilidade e aventureirismo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 set. 2005.

REZENDE, Eduardo Rodrigues. *Dimensão econômica da integração da América do Sul no novo contexto global*. 2006. Tese (Doutorado)-Bucareste, 2006.

REUTERS. *Santos chega ao poder na Colômbia com 76% de aprovação, diz pesquisa*. Álvaro Uribe sai aprovado por 75%, segundo Gallup. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/santos-chega-ao-poder-na-colombia-muito-popular-diz-pesquisa-1.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

SANTOS, Marcelo. *Passado e presente nas relações Colômbia-EUA: o governo de Álvaro Uribe e as diretrizes da política externa norte-americana*. Instituto Nacional de Estudos sobre os Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.inct-ineu.org.br/documents/PASSADOEPRESENTENASRELACOECOLOMBIA-EUA.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

VISENTINI, José Willian. *Nova ordem, imperialismo e geopolítica global*. São Paulo: Papirus, 2003.

**Para publicar na revista Universitas
Relações Internacionais, entre no endereço
eletrônico www.publicacoesacademicas.uniceub.br.
Observe as normas de publicação, facilitando e
agilizando o trabalho de edição.**